



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

13X  
P

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL/REEXAME NECESSÁRIO N. 0327952-9

AGRAVANTE : HYLDMAR MONTEIRO DA COSTA E SILVA  
ADVOGADO : MÔNICA LUISA SOARES SANTOS OAB/PE 031246  
AGRAVADO : INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS - IRH/PE  
PROCURADOR : ROSANA CLÁUDIA LOWENSTEIN DE ARAÚJO FEITOSA  
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. PRAZO RECURSAL. INTEMPESTIVIDADE. AUSÊNCIA DE REQUISITO EXTRÍNSECO DE ADMISSIBILIDADE. NÃO CONHECIMENTO.

1. Conforme certidão de fl. 120, a decisão vergastada foi publicada no Diário Oficial Eletrônico - Poder Judiciário de Pernambuco nº 75 do dia 24/04/2014 (quinta-feira). Neste diapasão, de acordo com o art. 184 do CPC, o prazo da interposição do recurso de Agravo teve início no dia 25/04/2014 (sexta-feira).
2. De acordo com o § 1º do art. 557 do CPC, é facultado à parte interessada a interposição de recurso de Agravo, no prazo de 5 (cinco) dias, contra decisão terminativa proferida pelo relator.
3. Contudo, conforme protocolo de fl. 122, somente no dia 05/05/2014 (segunda-feira) apresentou a Agravante seu recurso, de modo flagrantemente intempestivo, portanto.
4. Recurso de Agravo não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Primeira Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em não conhecer do presente recurso de agravo, na conformidade do relatório, voto e das inclusas notas taquigráficas, que passam a integrar este aresto.

Recife, 27. MAIO. 2014

*Jorge Américo Pereira de Lira*  
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

135

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL/REEXAME NECESSÁRIO N. 0327952-9

AGRAVANTE : HYLDMAR MONTEIRO DA COSTA E SILVA  
ADVOGADO : MÔNICA LUISA SOARES SANTOS OAB/PE 031246  
AGRAVADO : INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS - IRH/PE  
PROCURADOR : ROSANA CLÁUDIA LOWENSTEIN DE ARAÚJO FEITOSA  
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo interposto contra decisão monocrática que, com esteio no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, negou seguimento ao recurso voluntário, tendo em vista que a tese apresentada pelo apelante vai de encontro à jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.

Inconformado com a decisão unipessoal que negou seguimento ao recurso de apelação, o Estado de Pernambuco interpõe o presente recurso, postulando o provimento do agravo que deduziu.

Em suas razões recursais, o agravante em nada inovou, limitando-se a reiterar os termos da medida cautelar, sem maiores dilações, cf. fls. 123/128.

Assim sendo, o recorrente requer que esta relatoria retrate-se da decisão vergastada. Em não havendo juízo de retratação, pugna pelo provimento do presente agravo, para que seja reformada a decisão monocrática hostilizada.

O feito independe de inclusão em pauta de julgamento, cf. art. 85, alínea 'e', do RITJPE c/c Súmula do TJPE, enunciado n. 42.

É o que, de relevo, se tem a relatar.

Recife, 27. MAIO, 2014

  
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

139

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL/REEXAME NECESSÁRIO N. 0327952-9

AGRAVANTE : HYLDMAR MONTEIRO DA COSTA E SILVA  
ADVOGADO : MÔNICA LUISA SOARES SANTOS OAB/PE 031246  
AGRAVADO : INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS - IRH/PE  
PROCURADOR : ROSANA CLÁUDIA LOWENSTEIN DE ARAÚJO FEITOSA  
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

VOTO

O EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA,  
RELATOR:

O presente Recurso de Agravo não merece prosperar, tendo em vista a ausência de requisito extrínseco de admissibilidade. Resta manifestamente caracterizada a sua intempestividade.

Conforme certidão de fl. 120, a decisão vergastada foi publicada no Diário Oficial Eletrônico - Poder Judiciário de Pernambuco nº 75 do dia 24/04/2014 (quinta-feira). Neste diapasão, de acordo com o art. 184 do CPC, o prazo da interposição do recurso de Agravo teve início no dia 25/04/2014 (sexta-feira).

De acordo com o § 1º do art. 557 do CPC, é facultado à parte interessada a interposição de recurso de Agravo, no prazo de 5 (cinco) dias, contra decisão terminativa proferida pelo relator.

*Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.*

*[...]*

*§ 1º Da decisão caberá agravo, no prazo de cinco dias, ao órgão competente para o julgamento do recurso, e, se não houver retratação, o relator apresentará o processo em mesa, proferindo voto; provido o agravo, o recurso terá seguimento.*

Pois bem. Observando-se, *in casu*, que o prazo previsto no § 1º do art. 557 do CPC teve início - conforme acima consignado - em 25/04/2014 (sexta-feira), pode-se seguramente afirmar que até o dia 29/04/2014 (terça-



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

140  
[assinatura]

feira) era facultada à Parte Agravante o direito à interposição de recurso de Agravo Legal.

Contudo, conforme protocolo de fl. 122, somente no dia 05/05/2014 (segunda-feira) apresentou a Agravante seu recurso, de modo flagrantemente intempestivo, portanto.

Posto isso, voto pelo NÃO CONHECIMENTO do Recurso de Agravo, mantendo-se, *in totum*, a decisão guerreada.

Publique-se. Intime-se.

É como voto.

Recife, 27.MAIO.2014

*Jorge Américo Pereira de Lira*  
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
Relator